

duc ANEX

# Quércia e Pedro Ivo apóiam a proposta de plebiscito

Janio de Freitas

## Uma fortuna conhecida

Caso não pratiquem mais uma vez sua tática até aqui única — o recuo em cima da hora — e sigam as atuais disposições, os governadores vão fazer de sua reunião, na sexta-feira, um manifesto vivo e poderoso contra as características assumidas pelo Plano Bresser, após os recentes cortes de empréstimos e verbas federais para Estados e municípios.

Quando planejada, a reunião tinha a finalidade de articular a cobrança pacífica, em conjunto, das compensações pelo disciplinado comportamento dos governadores, na convenção do PMDB, em defesa das posições favoráveis ao presidente Sarney. De repente, os governadores constataram que, a par das frases com que o ministro do Exército ocupou a posição de superconstituinte, na reunião ministerial de quinta-feira determinaram-se cortes de gastos que atingem muito mais os Estados e municípios do que o governo federal. Se não todos, pelo menos os principais governadores sentem-se traídos.

Estes governadores têm a seu favor três linhas de argumentação. A primeira lhes é proporcionada pelo próprio ministro Bresser Pereira, que montou o mapa de cortes mas sustenta que a causa da inflação não é o déficit público, cujos efeitos negativos não se mostram agudos nestes períodos do seu plano econômico. Não teria sentido, portanto, sustar empréstimos e verbas de que os governos estaduais e municipais estão precisando desesperadamente. Moreira Franco quer recursos para obras prescindíveis como, entre outras, a caríssima extensão do metrô até Copacabana e Ipanema, apressada só pelo compromisso de retribuição ao investimento dos grandes empreiteiros em sua campanha eleitoral. A maior parte dos Estados e municípios, porém, reivindica recur-

sos para providências impropriedades e até para fugir à insolvência, como é o caso do Rio Grande do Sul e, segundo as contas de Saturnino Braga, daqui a dois ou três meses será até o do Rio de Janeiro, para citar apenas um exemplo estadual e outro municipal, dentre tantos possíveis.

Os governadores podem argumentar, também, com o ocorrido na própria reunião ministerial. Ao chegar sua vez de pronunciar-se sobre as propostas de corte nos gastos federais, o general Leonidas Pires Gonçalves não desperdiçou palavras: "No ministério do Exército isto é praticamente impossível. Aliás, está faltando um bilhão em nosso orçamento". Pelo que foi divulgado poucos dias antes, só podia estar faltando o mesmo, porque o ministério do Exército já teria esgotado, a meio do ano, sua dotação orçamentária para o ano todo. O fato é que o ministro mal teve tempo de concluir sua frase, porque logo seu colega do Planejamento (colega de ministério, não de Constituinte) interveio para assegurar que, se faltava, o bilhão seria liberado já. A contenção do déficit tem, pois, tratamento relativo, preferindo incidir sobre irrelevâncias como a Educação (a parte que coube a este ministério é igual ao que o governo cobrirá no rombo de um só banco estadual), os problemas urbanos prementes, as carências gritantes dos Estados.

Por fim, a soma dos recursos reivindicados pelos governos estaduais e municipais, para resolver suas dificuldades estrangulantes, é de 2 bilhões e 600 milhões de dólares. Uma fortuna, sem dúvida capaz de devastar os cofres federais. Ou o mesmo que custaria, e aliás já está custando, a ferrovia Norte-Sul, cujos trabalhos o governo prossegue sem preocupação com os gastos ditos públicos.

## Consulta realizada em 1963 causou a retomada do presidencialismo

Da Redação da Folha

A curta experiência parlamentarista no Brasil — durou pouco mais de dezesseis meses — foi encerrada com a realização de um plebiscito em 6 de janeiro de 1963, quando 9.457.448 eleitores, contra 2.073.582, decidiram pela volta ao presidencialismo. O regime parlamentarista tinha sido adotado como saída para a crise que se seguiu à renúncia do presidente Jânio Quadros. Em virtude de resistências de setores militares, o vice-presidente, João Goulart, só pôde assumir depois de aprovada, em 2 de setembro de 1961, a Emenda Constitucional n.º 4, que instituiu o parla-

mentarismo, limitando os poderes presidenciais. A emenda também determinava a realização de um plebiscito em 1965, para decidir a manutenção do regime.

Goulart trabalhou sempre pela antecipação da consulta. Em 15 de setembro de 1962, um dia depois da realização de uma greve geral a favor da antecipação — apoiada por militares que participavam do esquema de sustentação do presidente —, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar n.º 2, que marcou o plebiscito para 6 de janeiro do ano seguinte. Goulart recuperou os poderes presidencialistas.

## Proposta do PDT e PT prevê moção até contra os diretores de estatais

Da Sucursal de Brasília

O PDT e o PT decidiram apresentar conjuntamente emenda ao substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, defendendo o sistema presidencialista de governo e, ao mesmo tempo, dando maiores poderes ao Congresso Nacional. A emenda dá poder ao Legislativo para votar moção de desconfiança a qualquer ministro ou diretor de estatais. Aprovada a moção, o presidente fica obrigado a demitir o ministro ou o diretor.

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), vice-líder do partido, um dos autores da proposta, disse que "a emenda visa transformar o presidencialismo, mantendo o respeito ao voto popular para o presidente da República". Pela emenda do PDT e PT o presidente continuaria a exercer as funções de chefe de governo e de Estado, mas o Congresso passaria a ter controle sobre seus atos financeiros e administrativos.

Nos casos de impasse entre os poderes Executivo e Legislativo seria convocado um plebiscito.

Sérgio Tomisaki



Pedro Ivo (à esq.) e Orestes Quércia, após encontro no Palácio dos Bandeirantes

Da Reportagem Local

Os governadores de São Paulo, Orestes Quércia (PMDB), 49, e de Santa Catarina, Pedro Ivo (PMDB), 56, vão apresentar na reunião de governadores marcada para a próxima sexta-feira, em Florianópolis (SC), uma proposta, já feita pelo governador do Rio, Moreira Franco (PMDB), de se realizar um plebiscito popular, até noventa dias depois da promulgação da nova Constituição, para referendar ou não a forma de governo aprovada pelo Congresso constituinte. Esta foi a principal conclusão da reunião entre os dois governadores, ontem à tarde, no Palácio dos Bandeirantes (sede do governo paulista).

Segundo Pedro Ivo, um dos motivos para a adesão à proposta de Moreira Franco — apresentada em 29 de julho e em 25 de agosto últimos — decorre da constatação, segundo pesquisas de opinião pública, de que "há uma tendência muito grande da população pelo presidencialismo". "Vamos, en-



tão, ouvi-la", afirmou o governador catarinense. Para Quércia, a proposta de plebiscito também visaria aproximar os governadores que continuam defendendo o parlamentarismo. "Embora a tendência maior entre os governadores seja pelo presidencialismo, alguns — por tradição de pensamento — ainda querem o parlamentarismo. O plebiscito soma os governadores e dá ao povo condições de decidir", disse Quércia.

Pauta

A pauta da reunião de sexta-feira, da qual participarão, além de Pedro Ivo, Quércia e Moreira Franco, os governadores Pedro Simon (RS), Alvaro Dias (PR), Max Mauro (ES), Newton Cardoso (MG), Henrique Santillo (GO), Carlos Bezerra (MT) e Marcelo Miranda (MS), inclui também os seguintes temas: posicionamento dos governadores diante dos problemas do Congresso constituinte e da futura Constituição; endividamento dos Estados; planejamento regional; e autonomia financeira dos Estados. O déficit público, segundo Pedro Ivo, não está incluído na pauta, mas não haverá nenhum obstáculo se algum governador quiser discutir.

## Sarney define esquema contra parlamentarismo

Do enviado especial a Brasília

O presidente José Sarney, 57, deu ontem instruções expressas a sua "entourage" para que, até o próximo fim-de-semana, o presidencialismo seja "inequivocamente" majoritário entre os 93 integrantes da Comissão de Sistematização.

A estratégia consiste em obter o maior número possível de adesões ao presidencialismo "puro" — sistema de governo radicalmente oposto ao proposto pelo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) — para, a seguir, aceitar concessões de conteúdo parlamentarista, como a possibilidade de o Congresso vetar a indicação de ministros, ou participar da nomeação do presidente do Banco Central. O Planalto aceitaria até a existência de um primeiro-ministro, desde que ele fosse "coordenador político" e não chefe de governo.

Em resposta ao que o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), 40, centro-esquerda, qualificou de ofensiva "lamentavelmente previsível"

do Palácio do Planalto, os defensores de diversas formas de parlamentarismo passaram, ontem, a afinar suas propostas. O acordo, destinado segundo o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 56, centro-esquerda, a "quebrar o poder imperial", foi obtido pouco antes das 19h, na sala da liderança do PMDB no Senado, conciliando desde os mais "radicais", como o senador José Fogaça (PMDB-RS), aos mais permeáveis à inclusão de condimentos presidencialistas, como o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ).

O grupo reúne-se novamente hoje, desta vez ampliado e sob a coordenação do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), desencadeando uma operação que hoje, para Cardoso, não dispõe de "nenhuma cifra confiável" quanto às estimativas de adeptos seguros.

Essa dúvida era talvez o único ponto de convergência dos parlamentaristas com o Palácio do Planalto, onde Sarney reuniu pela tarde seu ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o consultor-ge-

ral da República, Saulo Ramos, e mais cinco lideranças constituintes. Duas delas já têm tarefas definidas na ofensiva: o deputado Prisco Viana (PMDB-BA) 53, centro, homem de confiança de Sarney, com quem ajudou a dirigir o PDS, ficou com a coordenação, cabendo ao líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), a execução.

Ambos devem, já a partir de hoje, distribuir emendas presidencialistas ao substitutivo, elaboradas em sigilo, no anexo do Planalto, por Saulo Ramos e os juristas que o assessoram. Ou seja, deputados e senadores participantes desse jogo serão porta-vozes oficiais do presidente Sarney, levando a polêmica para uma direção curiosa: os palacianos ali-am-se, circunstancialmente, aos presidencialistas "progressistas" do PT e do PDT.

O fato é que o conflito gerado em torno do sistema de governo mobilizará o presidente "durante a semana inteira", diz Prisco Viana. Já ontem,

entre telefonemas e audiências com esse objetivo específico, Sarney consumiu o principal de sua agenda a partir das 10h30, concluindo-a, à noite, com uma reunião com pefelistas no Palácio da Alvorada. Os peemedebistas da "tropa de choque" reuniram-se, por sua vez, nas dependências do Congresso, sem Sarney mas com Saulo Ramos e Costa Couto.

Na retaguarda dessa movimentação, Folha apurou estar o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, que reformulou sua agenda para receber os parlamentares que desejam procurá-lo. E, por fim, numa linha mais afastada, permanecem os governadores, aos quais Sarney confidencia não estar sequer "pressionando": eles temem que o parlamentarismo também diminua seus poderes nos Estados. No arsenal da ofensiva, resta ainda desativada a caneta de Andrea Calabi, secretário do Tesouro Nacional e responsável pela setorização dos cortes nos gastos públicos. (JBN)